

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.562.960 - SP (2019/0238005-5)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : FELIPE LUIZ DE AZEVEDO SILVA
AGRAVANTE : LAIS MUNIZ BARRETO RECUPERO SILVA
ADVOGADOS : GABRIELA VALENCIO DE SOUZA - SP284785
ANDRE GUSTAVO VIEIRA DOS SANTOS - SP281970
AGRAVADO : LAZIO INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADOS : ELISA JUNQUEIRA FIGUEIREDO TALIBERTI - SP148842
RICARDO TEIXEIRA DO NASCIMENTO - SP315662
RENAN FREITAS LOPES - SP408773
ALINE FERREIRA DANTAS E OUTRO(S) - SP393991

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Agravo de Instrumento. Compra e Venda de Imóvel. Insurgência conta a condenação ao pagamento de indenização por danos morais decorrentes de atraso na entrega do imóvel. Acolhimento.

Dano moral indevido. Situação que, a despeito de indubitavelmente desagradável, não extrapolou os limites do aborrecimento comum do cotidiano, sem abalar psiquicamente os agravados ou penetrar negativamente em seus direitos da personalidade. Agravo provido.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 36/39).

Nas razões do especial, a parte recorrente alegou violação aos artigos 1022, do Código de Processo Civil/2015; 186, 927, 884 e 944 do Código Civil, sustentando negativa de prestação jurisdicional, bem como caracterização de dano moral em razão do atraso na entrega do imóvel, o que acarretaria o pagamento de indenização.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 70/5).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Inicialmente, afasto a alegação de ofensa ao art. 1.022 do Código de

Processo Civil, porquanto não configura omissão ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pela parte recorrente.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO ESTADUAL. AFRONTA AO ARTIGO 1022, II, DO CPC/15. INEXISTÊNCIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. REVOGAÇÃO DE TUTELA ANTECIPADA. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.
2. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso.
3. É incabível a incidência de juros moratórios sobre valores a serem devolvidos em virtude de revogação de decisão que antecipou os efeitos da tutela por não haver fato ou omissão imputável ao autor da ação de revisão de benefício. Precedentes. Súmula nº 83/STJ.
4. Agravo interno a que se nega provimento.
(AgInt no AREsp 1.098.349/RS, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 22.3.2018, DJe 4.4.2018).

De outro lado, a jurisprudência deste Superior Tribunal entende que não é cabível a condenação em indenização por danos morais na hipótese em que há simples atraso na entrega do imóvel pela incorporadora/construtora, pois o dissabor inerente à expectativa frustrada decorrente de simples inadimplemento contratual se insere no cotidiano das relações comerciais e não implica lesão à honra ou violação da dignidade humana.

Orienta, ainda, a jurisprudência que deve haver uma consequência decorrente do descumprimento contratual para caracterização dos danos extrapatrimoniais indenizáveis.

Confiram-se, a propósito, os seguintes precedentes:

CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. ABORRECIMENTO E DISSABOR. EXAME DAS PREMISSAS

FÁTICAS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. NÃO INCIDÊNCIA.

1. O simples descumprimento contratual, por si, não é capaz de gerar danos morais, sendo necessária a existência de uma consequência fática capaz de acarretar dor e sofrimento indenizável pela sua gravidade.
2. A Corte local, para reformar a sentença e julgar procedente o pedido de indenização por danos morais, concluiu que o atraso na entrega do imóvel, de aproximadamente 9 (nove) meses, por si, frustrou a expectativa do casal de ter um lar, causando, conseqüentemente, transtornos por não ter domicílio próprio. Com efeito, o Tribunal de origem apenas superestimou o desconforto, o aborrecimento e a frustração da autora, sem apontar, concretamente, situação excepcional específica, desvinculada dos normais aborrecimentos do contratante que não recebe o imóvel no prazo contratual.
3. A orientação adotada na decisão agravada não esbarra no óbice contido no enunciado n. 7 da Súmula do STJ, tendo em vista que foram consideradas, apenas, as premissas fáticas descritas no acórdão recorrido.
4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1408540/MA, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 19.2.2015);

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMÓVEL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. ENTREGA. ATRASO. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. DANO MORAL. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES.

1. Esta Corte tem firmado o posicionamento de que o mero descumprimento contratual, caso em que a promitente vendedora deixa de entregar o imóvel no prazo contratual injustificadamente, embora possa ensejar reparação por danos materiais, não acarreta, por si só, danos morais.
2. Na hipótese dos autos, a construtora recorrida foi condenada ao pagamento de danos materiais e morais, sendo estes últimos fundamentados apenas na demora na entrega do imóvel, os quais não são, portanto, devidos.
3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 570.086/PE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 27.10.2015).

No presente caso, a Corte local entendeu não ter havido dano moral apto a ensejar o pagamento da indenização pleiteada, nos termos da seguinte fundamentação (e-STJ, fl. 24/25):

Contudo, é caso de afastar a condenação pelos danos morais, haja vista que o descumprimento contratual relativo ao atraso na entrega não foi apto a provocar, diretamente, atentado ao bem-estar psicofísico dos requerentes, vale dizer, não alcançou a magnitude necessária para que se reconhecesse o dano extrapatrimonial.

De fato, estamos diante de mero descumprimento contratual, o qual, como é cediço, em regra, não enseja indenização por dano moral.

Com isso, os efeitos do inadimplemento contratual, neste caso, não foram capazes de atingir bens da personalidade ou provocar sofrimento negativo intenso e diferenciado de modo a justificar indenização desta natureza.

Some-se a isso o fato de que os autores compraram imóvel em construção, cientes dos riscos da não conclusão da obra com a pontualidade esperada.

O ocorrido, portanto, não ultrapassou os limites regulares do convívio em sociedade, configurando-se, assim, em uma situação, em que pese indubitavelmente desagradável, de aborrecimento comum e normal do cotidiano em tempos contemporâneos, não ostentando natureza indenizável. (sem destaques no original)

Aplica-se ao caso, portanto, o entendimento da Súmula 83/STJ.

Ademais, desconstituir as premissas do acórdão recorrido nos moldes em que pretendido pelos agravantes implicaria, necessariamente, revisão do conjunto fático-probatório, o que é vedado nesta instância especial, consoante entendimento da Súmula 7/STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora